

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	17
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	18

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	19
10.2 - Resultado operacional e financeiro	39
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	49

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Políticas de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 3 de março de 2020 os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gestão de riscos, a qual foi alterada em 12 de junho de 2020 (“Política de Riscos” e “RCA 12.06.2020”), que é aplicável ao Grupo d1000 Varejo Farma e estabelece os princípios e diretrizes a serem observados no gerenciamento de riscos da nossa Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais estamos sujeitos.

A Política de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes organizacionais da nossa Companhia e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais o Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – *Enterprise Risk Management Framework* – COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). Adicionalmente, nossa Política de Riscos tem respaldo na Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e demais normas emanadas pela Autarquia, no Regulamento do Novo Mercado e em nossos Código de Ética e Regimento Interno no Comitê de Auditoria.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Riscos visa estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia, suas controladas e coligadas, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação, o monitoramento e a comunicação de riscos aos administradores, permitindo a redução do grau de incerteza no alcance dos nossos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade de nossos negócios, reduzindo os nossos níveis de exposição a perdas.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos obter proteção para os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados por nossa administração. Consideramos um risco uma ameaça de evento ou ação, externo ou interno, que possa afetar negativamente a realização dos objetivos, negócios e oportunidades de negócios das sociedades de nosso grupo ou de nossos processos. Os riscos para os quais buscamos proteção estão classificados em:

- **RISCO ESTRATÉGICO** - Possibilidade de implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos.
- **RISCO OPERACIONAL** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e ambiente tecnológico, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; aparecimento de novos concorrentes; aumento do preço e não renovação dos aluguéis; incapacidade de operar, ou seja, a falta de habilidade em identificar oportunidades para novos pontos de venda; a manutenção de níveis de estoque para atender a demanda das nossas lojas, bem como o recrutamento, seleção e treinamento de colaboradores; e ainda aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Grupo d1000 Varejo Farma como abastecimento e distribuição de produtos para as lojas e falhas em sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **RISCO FINANCEIRO** - É qualquer risco associado às finanças do Grupo d1000 Varejo Farma, incluindo riscos de mercado, crédito e liquidez em transações financeiras. É comumente entendido como sendo o risco de uma potencial perda financeira e incerteza sobre um negócio (aquisição, desinvestimento, empréstimos, dentre outros).
- **RISCO REGULATÓRIO** - Possibilidade de ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou local, podendo resultar em crescente pressão competitiva e afetar significativamente a habilidade do Grupo d1000 Varejo Farma em administrar eficientemente seus negócios.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a nossa Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Essa etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e ter um impacto nos objetivos de organizações, projetos ou atividades da nossa Companhia como um todo, sendo medido em termos de gravidade das consequências e probabilidade de materialização.

O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 04 (quatro) etapas:

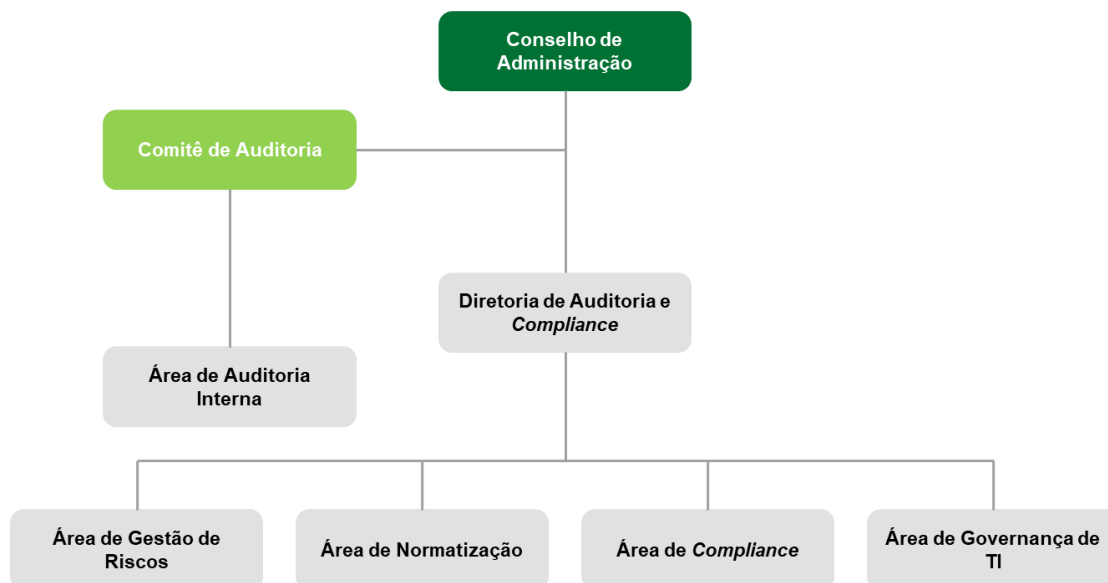
- a) Identificação dos riscos: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- b) Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- c) Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- d) Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Adicionalmente, os órgãos de nossa Companhia responsáveis pela avaliação de nossa Política de Riscos atuam de forma a aferir a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando necessário, para utilizar as melhores práticas de mercado que sejam aplicáveis à nossa Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da nossa Companhia é multidisciplinar e conta com a participação dos seguintes órgãos: (i) Conselho da Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Área de Auditoria Interna; e (iv) Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI), conforme organograma abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos



As competências dos órgãos de nossa estrutura organizacional estão definidas conforme abaixo:

Diretoria de Auditoria e Compliance

- Cabe à Diretoria de Auditoria e Compliance definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos e elaborar a proposta do apetite ao risco, conforme o apetite ao risco de nossa Companhia.
- A Diretoria de Auditoria e Compliance encaminhará a proposta do apetite ao risco para revisão do Comitê de Auditoria e posterior aprovação do Conselho de Administração.
- A Diretoria deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Riscos e submetendo adequações e melhorias para a aprovação do Conselho de Administração.
- Ainda, a Diretoria de Auditoria e Compliance conta com o auxílio das seguintes áreas:
 - **Gestão de Riscos:** Cabe à área de Gestão de Riscos atuar visando fortalecer o ambiente de controles internos da Companhia por meio da: (i) análise de riscos e controles, (ii) proposição de melhorias nos processos da Companhia, e (iii) identificação de oportunidades que gerem valor para a Companhia.
 - **Normatização:** Cabe à área de Normatização suportar o Grupo d1000 Varejo Farma no desenvolvimento e revisão de suas normas e procedimentos internos, bem como divulgá-las a toda empresa.
 - **Compliance:** Cabe à área de Compliance desenvolver ações que monitoramento e acompanhamento visando garantir que políticas e diretrizes organizacionais, bem como requisitos legais, estão sendo cumpridos, a fim de mitigar o risco de submissão da companhia a penalidades e perdas financeiras.
 - **Governança de TI:** Cabe à área de Governança de TI desenvolver a cultura de governança corporativa de TI da nossa Companhia, implementando controles que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

mitiguem os riscos inerentes aos sistemas que suportam as nossas principais atividades de negócio, bem como monitorar as principais atividades de TI.

Comitê de Auditoria

- Cabe ao Comitê de Auditoria avaliar a estrutura de gestão de riscos e os riscos da Companhia, avaliando continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando as exposições de risco da Companhia, recomendando melhorias sempre que necessário, em linha com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.
- O Comitê de Auditoria analisará as condições de controle de riscos às quais estamos expostos e/ou sujeitos, ponderando a qualidade e efetividade das decisões tomadas para gerir os riscos.
- Por ser órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, os pareceres do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração, sendo que tais pareceres devem ser acompanhados pela análise que suporte tal decisão.

Conselho de Administração

- Respeitadas as atribuições dos demais órgãos, cabe ao Conselho de Administração aprovar as alterações à Política de Riscos, autorizar, se necessário, quaisquer exceções à Política de Riscos, definir o nível de apetite ao Risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da Companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de Riscos estabelecidas.
- O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos no Grupo d1000 Varejo Farma e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

Área de Auditoria Interna

- A Área de Auditoria Interna é responsável por aferir qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando preciso, para utilizar as melhores práticas de mercado.
- Cabe à Área de Auditoria Interna auditar os processos e controles internos, de acordo com metodologia estabelecida, a fim de verificar o cumprimento de normas, políticas e procedimentos.
- A Área de Auditoria Interna também deve avaliar os apontamentos realizados pelos auditores externos e o grau de coordenação com as áreas envolvidas.
- Cabe à Área de Auditoria Interna fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Adicionalmente, adotamos o conceito das 3 (três) Linhas de Defesa para operacionalizar a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, conforme apresentadas a seguir:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

1ª Linha de Defesa

A 1ª Linha de Defesa busca assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas. Compete a ela:

- Gerir os riscos e controles dos processos de sua atribuição e das atividades terceirizadas relevantes sob sua coordenação, por meio de abordagens preventivas e detectivas;
- Implementar ações para mitigação e/ou monitoramento dos riscos;
- Avaliar as normas externas e internas e verificar o impacto que estas podem ter nos processos e procedimentos da Companhia e a necessidade de planos de ação para garantir a aderência; e
- Definir e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos apontados pela Diretoria de Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes) e pela Área de Auditoria interna.

2ª Linha de Defesa

A 2ª Linha de Defesa dá apoio à 1ª Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada pela Diretoria de Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes), possuindo estrutura, avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle do Grupo d1000 Varejo Farma. A 2ª Linha de Defesa compreende:

- A coordenação das atividades de gestão de riscos, controles internos e *compliance*, sendo independente no exercício de suas funções;
- O desenvolvimento e a disponibilização das metodologias, ferramentas e governança necessários para suportar o gerenciamento de riscos e *compliance* nas atividades do Grupo d1000 Varejo Farma;
- O apoio à 1ª Linha de Defesa na implementação de práticas eficazes de gestão dos Riscos;
- A certificação da eficiência e da eficácia do ambiente de controle da primeira linha de defesa, através do mapeamento do processo, levantamento dos riscos e controles;
- Assegurar a governança dos temas de gestão de riscos, controles internos e *compliance*, por meio da implementação da metodologia Control Self Assessment; e
- A atuação em conjunto com outras áreas de suporte da organização que, dentre suas atribuições, também possuam atividades da 2ª Linha de Defesa, como: prevenção a fraudes, segurança da informação, sustentabilidade e jurídico, dentre outras.

3ª Linha de Defesa

A 3ª Linha de Defesa é representada pela Área de Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. A 3ª Linha de Defesa compreende:

- A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas para todo o Grupo d1000 Varejo Farma, conforme Matriz de Riscos da Auditoria e Plano Anual, este devidamente alinhado com o Diretor Financeiro e o Diretor Presidente da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- O acompanhamento dos planos de ação alinhados nos pareceres, de forma a garantir sua implementação;
- A identificação de novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução;
- A adequação ao porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partir da identificação de novos riscos ou do agravamento dos que já foram identificados; e
- A realização, sob a coordenação do Comitê de Auditoria, de trabalhos de investigação das denúncias e reclamações recebidas, tanto pelos canais de denúncia ou comunicação do Grupo d1000 Varejo Farma, quanto diretamente pelas demais áreas da Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O nosso Conselho de Administração entende que a Área de Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e de nossa Política de Remuneração do Conselho de Administração, aprovada em reunião realizada em 3 de março de 2020.

A Companhia implementou a Diretoria de Auditoria e *Compliance* visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

A Diretoria de Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes) é responsável por desenvolver e disponibilizar as metodologias, ferramentas e governança necessários para suportar o gerenciamento de riscos e *compliance* das atividades do Grupo d1000 Varejo Farma, e certificar a eficiência e a eficácia do ambiente de controles da Companhia.

Consideramos que nossa estrutura operacional possibilita a verificação da efetividade da Política de Riscos por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Área de Auditoria Interna, da Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Políticas de gerenciamento dos riscos de mercado indicados no item 4.2

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação

Em reunião realizada em 3 de março de 2020, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gestão de riscos, a qual foi alterada em 12 de junho de 2020 (“Política de Riscos” e “RCA.12.06.2020”), que é aplicável ao Grupo d1000 Varejo Farma e estabelece os princípios e diretrizes a serem observados no gerenciamento de riscos da nossa Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais estamos sujeitos.

A Política de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes organizacionais da nossa Companhia e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais o Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – *Enterprise Risk Management Framework* – COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). Adicionalmente, nossa Política de Riscos tem respaldo na Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e demais normas emanadas pela Autarquia, no Regulamento do Novo Mercado e em nossos Código de Ética e Regimento Interno no Comitê de Auditoria.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A nossa Política de Riscos subdivide nossos riscos em quatro macro categorias: (i) riscos estratégicos; (ii) riscos operacionais; (iii) riscos financeiros; e (iv) riscos regulatórios. Dentro dos riscos estratégicos e financeiros se encontram os riscos de mercado para os quais buscamos proteção, que são aqueles que decorrem de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado e que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.

Em 31 de março de 2020, o principal risco financeiro considerado pela gestão da alta administração era a taxa de juros que decorre da possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco consiste em empréstimos e financiamentos, tomados por nossa Companhia, indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e o risco de variação do CDI é parcialmente mitigado pelas nossas aplicações financeiras, também indexadas pelo CDI.

ii. estratégias de proteção patrimonial (hedge)

Para nos proteger de risco cambial patrimonial, contratamos operações de *swap* observando as mesmas datas, vencimentos e valores nominais de nossas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em um montante em Reais.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

O instrumento que utilizamos para proteção patrimonial (*hedge*) é o indicado no item “ii” acima.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Acreditamos gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Nesse sentido, a nossa política de gerenciamento de riscos não estabelece um parâmetro pré-definido para o gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que são analisados caso a caso por nossos órgãos responsáveis.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, tendo em vista que em 31 de março de 2020 não operávamos com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Adotamos uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos gerais e de riscos de mercado, tendo em vista que nossa estrutura organizacional foi estruturada de forma a abranger todos os riscos aos quais estamos expostos, sendo multidisciplinar e contando ampla participação dos seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Área de Auditoria Interna; (iv) Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI).

Para verificar nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, ver item 5.1(iii) deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Consideramos que nossa estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolvemos por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Área de Auditoria Interna, da Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Práticas de controle adotadas para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A nossa Companhia possui um nível de automatização e integração de seus sistemas, que conferem maior eficiência e segurança aos processos, suportando a elaboração das demonstrações financeiras. Temos como prática a busca por uma evolução constante de nossos controles internos trabalhando com as melhores práticas para garantir, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das nossas demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Para tal, a nossa Companhia e nossas controladas possuem o mesmo sistema integrado de gestão, inclusive, o módulo contábil.

A área de contabilidade da nossa Companhia valida as informações e a consistência destas com as informações acompanhadas pelos gestores durante os processos de elaboração de demonstrações financeiras e informações gerenciais. Todas as linhas de resultado de cada centro de custo são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, os sistemas de informações estão configurados para disponibilização das informações de acordo com as normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores.

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, as revisões e análises são realizadas primeiramente no nível de coordenação contábil, e posteriormente pelos níveis de gerência e Diretoria Financeira de cada segmento. A aprovação final das demonstrações financeiras passa ainda pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, sendo finalmente aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Anteriormente à sua divulgação, as demonstrações financeiras são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório sobre a referida demonstração financeira.

Com relação às providências adotadas por nós para corrigir eventuais imperfeições nas práticas de controles internos, ressaltamos que as deficiências de controles internos são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas. Adicionalmente, também realizamos as seguintes atividades:

- Análise e registro de possíveis contingências;
- Verificação de consistências dos módulos por meio de conciliações;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre orçado *versus* realizado por todas as áreas.

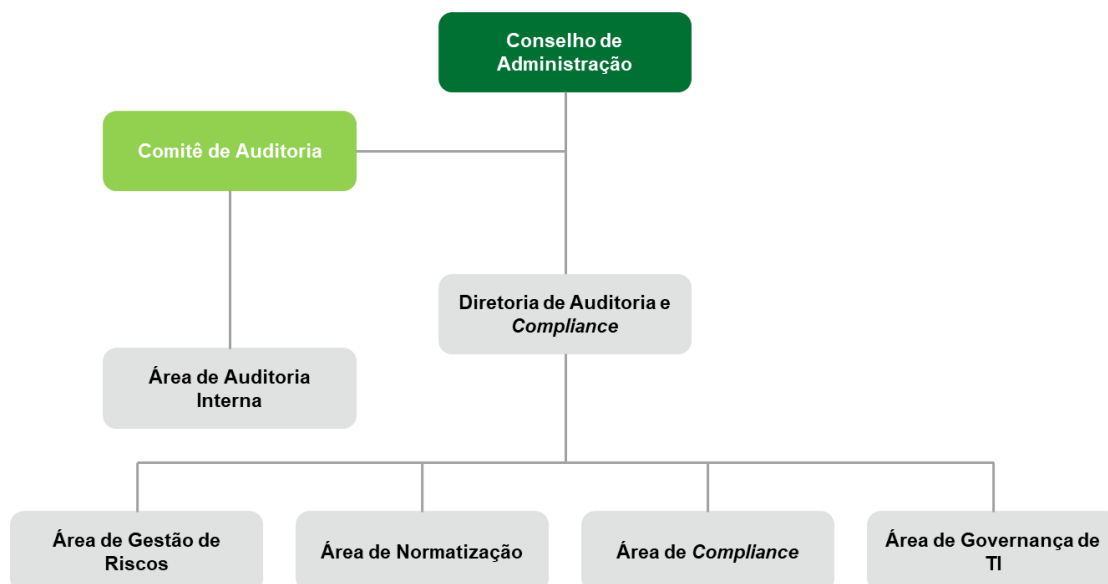
b. Estruturas organizacionais envolvidas

A nossa Companhia possui uma estrutura organizacional de controles internos para assegurar a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis, com o objetivo de assegurar a conformidade às normas contábeis aplicáveis e às melhores práticas de controles internos em cada área que desempenha papel relevante no fornecimento dos dados que subsidiarão as demonstrações financeiras da nossa Companhia. A referida estrutura, para tal, é composta pela (i) Gerência de Controladoria, a qual é subordinada ao Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Área Contábil, (iii) Área de Auditoria Interna (iv) Diretoria de Auditoria e Compliance (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI), (v) Vice-Presidência de Finanças e de Relações com

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Investidores (corporativo), (vi) Conselho de Administração; (vii) Comitê de Auditoria; e (viii) Conselho Fiscal, quando instalado.

A estrutura organizacional do gerenciamento corporativo está apresentada a seguir:



Para mais detalhes sobre a nossa estrutura de gestão de riscos, vide item 5.1.(iii) deste Formulário de Referência.

c. Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O grau de eficiência dos controles internos é monitorado pela Diretoria de Auditoria e *Compliance* (que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI) de nossa Companhia, através de trabalhos de auditoria interna em seus macroprocessos, monitoramento de subprocessos e rotinas críticas quanto a sua aderência a normas e procedimentos internos, avaliação e mapeamento de riscos de áreas e processos relevantes, monitoramento quanto a aderência/compliance a aspectos da legislação e atividades/projetos inerentes à governança/segurança do nosso ambiente de TI. O reporte é realizado aos nossos executivos, bem como ao nosso Conselho de Administração periodicamente. Os responsáveis por este processo é o Diretor de Auditoria e *Compliance*.

Em 2020, a área de Auditoria Interna desenvolveu trabalhos referentes a (i) compras de materiais e contratações de serviços, (ii) pagamento de premiações e comissões, (iii) gestão de ordens de investimento (iv) suprimentos, (v) gestão e controle do programa de PBM, (vi) devolução de produtos na lojas, (vii) margens de venda, e (viii) ajustes de inventário. Com relação à análise de riscos, também efetuamos análises quanto à aderência dos processos da Companhia ao FCPA (Foreign Corrupt Practices Act) e Lei anticorrupção brasileira e destacamos a realização de trabalhos de mapeamento de riscos, com implementação da metodologia de monitoramento “Control Self Assessment” no processo contábil.

Os nossos controles são constantemente avaliados a partir dos trabalhos dos departamentos envolvidos, que seguem as diretrizes da auditoria abordando os nossos principais processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Utilizamos o sistema SAP para atividades de gestão e controle, que facilita o fluxo de informações entre todas as nossas atividades, por meio da adoção de um banco de dados centralizado.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelo Auditor Independente

Não foi reportado pelos auditores independentes qualquer deficiência significativa nos nossos controles internos no último relatório de recomendações enviado à nossa Companhia. Adicionalmente, os Diretores da nossa Companhia avaliaram o relatório e entenderam que não há relevância e necessidade divulgação dos comentários relativos às outras deficiências (isto é, deficiências não significativas) identificadas pelos auditores independentes.

e. Comentários dos Diretores

Não há comentários da Administração, tendo em vista que não foram reportadas deficiências significativas no relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

Nós implementamos em 2015 os canais de comunicação interna, disponíveis a todos os nossos “stakeholders”, que devem ser utilizados para a informação de quaisquer situações que caracterizem violação ao Código de Ética da Companhia, incluindo, quaisquer suspeitas ou indícios de violação à Lei anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013), *US Foreign Corrupt Practices Act – FCPA* e *UK Bribery Act (UKBA)*, dentre outras.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Nós instituímos um programa de *Compliance*, conforme norma geral NG 107.000.0, que inclui as diretrizes para revisão dos instrumentos normativos do Grupo, bem como define a estrutura, ferramentas e procedimentos utilizados para adequada gestão de riscos do Grupo. Dentre os instrumentos que também suportam este processo destacamos o nosso Código de Ética, a norma geral NG 107-001.1 – Política Anticorrupção e a NG 107.000.0 – Programa de *Compliance*.

O processo contínuo de avaliação de riscos da companhia compreende, dentre outras ações:

- A disponibilização de canais de comunicação a todos acionistas, administradores, gestores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, clientes, parceiros comerciais e comunidade em geral;
- A implementação de processo investigatório para as ocorrências recebidas;
- A adoção de um processo contínuo de gestão normativa, que objetiva a criação e revisão de normas e procedimentos formais, referentes aos mais diversos processos do grupo, bem como a divulgação a todos os colaboradores;
- A realização de análises de riscos e levantamento/avaliação de controles internos inerentes aos mais diversos processos do Grupo, conforme planejamento anual previamente definido e metodologia específica, definida no procedimento PR 107-002.1 - Mapeamento de processos e análise de riscos.
- O desenvolvimento de ações de treinamento referentes ao Código de Ética e Política Anticorrupção pela área de Recursos Humanos e Auditoria e *Compliance*.
- A realização de diligência em seus fornecedores, conforme procedimentos internos, de forma a obter informações sobre sua conduta, a fim de assegurar a contratação de empresas idôneas, à luz da legislação anticorrupção brasileira vigente, através da avaliação prévia do histórico e respectivo perfil destas empresas.
- O atendimento a diligências da indústria farmacêutica, com fornecimento de subsidio documental e informações sobre nossas práticas de governança, controles internos e negócio do Grupo.
- A realização de diligências quando da existência de projetos de fusões e aquisições no Grupo d1000.
- A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas em todo o Grupo d1000, conforme Matriz de Riscos da Auditoria e Plano Anual,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

este devidamente alinhado com o CEO e Conselho de Administração do Grupo Profarma.

- O desenvolvimento do processo de *follow-up dos* planos de ação gerados a partir das auditorias internas e trabalhos de análise de riscos realizados, dentre outros.
- A realização de projetos de governança de TI que, dentre outros, tem por objetivo a melhoria da segurança das informações mantidas em nosso ambiente informacional, a eficácia dos controles internos suportados por ferramentas automatizadas de TI e a mitigação do risco de evasão de informações estratégicas, relevantes e confidenciais da empresa.
- A realização de análise de registros contábeis e financeiras a fim de assegurar que não temos ocorrências de descumprimento das premissas estabelecidas na FCPA Act e Lei Anti Corrupção Brasileira.
-

A partir destas e de outras ações desenvolvidas anualmente, as normas e procedimentos internos são aprimorados ou revisados, bem como novos instrumentos normativos são criados, a fim de garantir o contínuo aprimoramento e eficácia de nosso processo mitigatório de riscos organizacionais. Como exemplo, podemos citar a recente revisão da Política de Alçadas e Delegação de Autoridade e da Política de Viagens.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Toda nossa estrutura organizacional é mandatoriamente envolvida e comprometida com aplicação dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo. Destacamos a Diretoria de Auditoria e *Compliance* do Grupo Profarma, criada em novembro de 2014, com aprovação do Conselho de Administração do Grupo, que tem como principal atribuição a implementação do programa de *Compliance*. Suas atribuições compreendem, dentre outros, a realização de auditorias internas nos processos e áreas de todas as empresas do Grupo Profarma, a gestão dos canais de comunicação e denúncia, o desenvolvimento dos processos investigatórios, a realização de análises de risco e mapeamento de controles também em todas as áreas e processos do Grupo, incluindo análises visando a adequação da empresas às premissas da Lei anticorrupção brasileira nº 12.846/2013, FCPA e UKBA, o desenvolvimento de instrumentos normativos visando suportar os processos organizacionais, a implementação de projetos de governança de TI, a realização do processo de controle e monitoramento quanto à implantação dos planos de ação oriundos destes trabalhos (“*Follow-up*”) e o desenvolvimento das ações de monitoramento quanto a aderência das empresa (*compliance*) a aspectos regulatórios, trabalhistas.

A Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que compreende as nossas Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI, é responsável pela função de *compliance* de nossa Companhia e atua na avaliação dos controles internos, visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A nossa Companhia possui um Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Administração em 3 de março de 2020 e alterado em 12 de junho de 2020, que também é aplicável a todos de nosso Grupo: membros do Conselho de Administração e de nossa Diretoria, colaboradores, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços, clientes e qualquer pessoa agindo em nome do nosso Grupo d1000 Varejo Farma. O Código de Ética serve de diretriz para todas as políticas e normas vigentes.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os nossos Diretores, Conselheiros e Colaboradores são anualmente orientados quanto às premissas estabelecidas no Código de Ética pela Diretoria de Recursos Humanos, com suporte e participação da Diretoria de Auditoria e *Compliance*.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O nosso Código de Ética estabelece as regras de conduta ética e define as condutas intoleráveis que estão sujeitas a sanções e medidas disciplinares. As infrações ao código são analisadas pelo Comitê de Ética que define as medidas disciplinares a serem aplicadas, conforme previsto no referido Código, que compreendem desde a aplicação de advertências formais e desligamento por justo motivo de infratores, até a tomada de medidas legais, conforme gravidade da infração.

- órgão que aprovou o Código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nosso Código de Ética foi formalmente aprovado por nosso Conselho de Administração em 3 de março de 2020 e alterado em 12 de junho de 2020. O referido Código está disponível no website de relações com investidores da Companhia (www.d1000varejofarma.com.br/ri), no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Os nossos canais de comunicação e denúncia são geridos internamente, pela própria Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que inclui as Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança e TI).

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Os canais de comunicação e denúncia estão disponíveis a todos os *stakeholders* do Grupo, incluindo, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, empregados e comunidade em geral. A nossa Companhia disponibiliza os seguintes canais para a realização de denúncias:

- Fale com o Presidente – falecomopresidente@d1000varejofarma.com.br
- Fale com a Auditoria – canal.auditoria@d1000varejofarma.com.br
- Disque Denúncia – 0800 024 3000
- Comitê de Ética – comite.etica@d1000varejofarma.com.br

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O nosso Código de Ética estabelece que o anonimato dos denunciantes é garantido e que, sob nenhuma circunstância, quaisquer denúncia servirá como base para retaliação ou intimidação de qualquer colaborador.

O uso de qualquer um de nossos canais não exige que os denunciantes se identifiquem permitindo aos mesmos que se mantenham anônimos.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as ocorrências recebidas através dos canais de comunicação são direcionadas automaticamente para nossa Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que qualifica individualmente cada ocorrência e define, com o suporte do nosso Comitê de Ética, as tratativas a serem adotadas a cada uma delas. Conforme teor de cada denúncia, reclamação, solicitação ou sugestão recebida, são definidas as ações a serem tomadas e as áreas responsáveis, sendo que todas as ocorrências são monitoradas até a sua conclusão pela Diretoria de Auditoria e *Compliance*.

As ocorrências que, devido ao seu teor e complexidade, exigem a realização de investigações, são tratadas pela Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que tem a responsabilidade de definir o respectivo Plano de Investigação, proceder com a condução do processo investigativo, concluir sobre a procedência ou não da ocorrência, definir controles mitigatórios, quando aplicável, e reportar os resultados à alta administração.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 fomos informados por meio de nossos canais de comunicação de 48 ocorrências, sendo 8 categorizadas como denúncias, sendo todas originadas internamente. Ressalta-se que todos foram devidamente apurados, sendo adotados os procedimentos cabíveis. O nosso Comitê de Ética tem relevante participação neste processo e, conforme teor das ocorrências, delibera sobre as ações a serem tomadas e respectivas medidas disciplinares a infratores, quando aplicável.

Em 2020, o Comitê de Ética deliberou, dentre outros temas, sobre questões relacionadas a imagem da companhia, uso e divulgação de informações relevantes e aspectos comportamentais dos colaboradores que supostamente estariam ferindo os valores éticos da companhia.

Para suportar este processo, possuímos instrumentos normativos que formalmente estabelecem suas premissas, dentre os quais destacamos o nosso Código de Ética, o procedimento PR 107-001.1 - Apuração de Denúncias, a norma geral NG 100-003.0 – Política Anticorrupção e a NG 107.000.0 – Programa de *Compliance*.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme estabelecido na NG 107.000.0 – Programa de *Compliance*, nós adotamos a prática de condução de *due diligences*, com o adequado suporte especializado, em projetos de fusão e aquisições. A NG 107-001.1 – Política Anticorrupção também prevê que em todas as oportunidades de fusões e aquisições, deveremos realizar um processo criterioso de diligência legal, incluir cláusulas anticorrupção adequadas nos documentos da transação, e considerar outras opções disponíveis para evitar a sucessão de passivos anteriores à operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A Diretoria de Auditoria e Compliance desenvolve a análise independente de centenas de registros selecionados por critérios amostrais, mensalmente, inerentes a operações contábeis e financeiras, a fim de assegurar que não temos ocorrências de descumprimento das premissas estabelecidas na *FCPA Act* e Lei Anti Corrupção Brasileira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 –Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Conforme descrito neste item 10.1 e nos itens 4.1, 7.1, 10.8 e 10.9 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 poderá afetar de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

Esses eventos adversos impactaram em maior grau as nossas operações nos meses de abril, maio e junho de 2020, ou seja, meses relacionados ao segundo trimestre de 2020. Comparando os anos de 2019 e 2020, a companhia registrou uma queda de 10,8% nas vendas. Dessa forma, com a continuidade do cenário de pandemia, não é possível assegurar a extensão dos impactos do COVID-19, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios. Não obstante, é importante destacar que o mercado de atuação da nossa Companhia – o varejo farmacêutico – já apresentou em cenários pretéritos de crise considerável resiliência, tendo em vista a essencialidade dos produtos comercializados.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. (“Companhia” ou “d1000”), disponíveis no *website* da Companhia (www.d1000varejofarma.com.br/ri) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a nossa Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos oriundos da abertura de capital.

Em 31 de dezembro de 2018, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$191,5 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$60,6 milhões. A Dívida Líquida de R\$130,9 era igual a 3,9 vezes o EBITDA Ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Já em 31 de dezembro de 2019, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$218,7 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$53,7 milhões. Nesse sentido, a Dívida Líquida de R\$165,0 milhões equivalia a 6,5 vezes o EBITDA Ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$131,4 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$231,9 milhões. Dado que a nossa Companhia terminou o ano com valor de caixa superior ao montante de dívida, ela passou a uma situação de Caixa Líquido no valor de R\$100,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, realizamos aumentos de capital no valor total de R\$234,1 milhões. A maior parte dos recursos foi utilizada para a amortização de empréstimos da Companhia, o que resultou em uma diminuição de R\$110,8 milhões no saldo da Dívida Líquida entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia possuía Dívida Bruta no valor de R\$131,4 milhões, representando uma redução de R\$87,3 milhões ou 39,9% em relação à Dívida Bruta registrada em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$218,7 milhões. Esta redução é decorrente da utilização dos recursos provenientes da nossa oferta pública primária de ações (realizada em agosto/2020) para amortização de parte de nossos empréstimos e financiamentos.

Ao fim do exercício de 2020, nosso índice de liquidez corrente (calculado pelo ativo circulante/passivo circulante) foi de 1,5. Em 31 de dezembro de 2019, apresentamos um índice de liquidez corrente de 0,7 (1,0 e 0,9 em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente). A melhora do nosso índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019 decorreu principalmente do aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$836,2 milhões, R\$370,2 milhões maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 que foi de R\$466,0 milhões. O aumento decorre, essencialmente, do aumento do nosso capital social em decorrência da nossa oferta pública primária de ações, realizada em agosto/2020.

No exercício social de 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$466,0 milhões, R\$25,5 milhões menor que o mesmo período do ano de 2018.

A nossa estrutura de capital apresentou as seguintes características:

Em 31 de dezembro de 2020: 55,3% capital próprio e 44,7% capital de terceiros

Em 31 de dezembro de 2019: 42,5% capital próprio e 57,5% capital de terceiros

Em 31 de dezembro de 2018: 48,4% capital próprio e 51,6% capital de terceiros

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$mil)		
	2020	2019	2018
Capital de Terceiros	618.817,82	629.594,00	523.320,00
Capital Próprio	766.868,76	466.049,00	491.570,00

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$mil)		
	2020	2019	2018
Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	84.497,99	131.416,00	104.094,00
Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	46.924,52	87.283,00	87.430,00
Dívida Bruta ⁽¹⁾	131.422,51	218.699,00	191.524,00

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(-) Caixa e equivalentes de caixa	-206.490,96	-49.166,00	-57.619,00
(-) instrumentos financeiros (Ativo Circulante e Não Circulante)	-25.396,40	-4.575,00	-2.968,00
Dívida Líquida	-100.464,85	164.958,00	130.937,00

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo, tendo em vista a geração de caixa operacional, a administração do capital de giro, as necessidades de Capex e o saldo de Aplicações Financeiras disponível. Acompanhamos de perto nosso índice de liquidez geral e, levando em consideração nossa evolução, acreditamos em nossa saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2020 apresentamos um índice de liquidez geral (ativo total/ passivo total) de 2,4 (1,7 e 1,9 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente). A melhora do nosso índice de liquidez geral de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2020 se deveu principalmente ao aumento de capital realizado em agosto de 2020 (mediante oferta pública de nossas ações).

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$mil)		
	2020	2019	2018
Capital de Terceiros	618.817,82	629.594,00	523.320,00
Capital Próprio	766.868,76	466.049,00	491.570,00

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$mil)		
	2020	2019	2018
Ativo Total	1.454.976	1.095.643	1.014.890
Passivo Total	618.818	629.549	523.320
Índice de Liquidez Geral	2,4	1,7	1,9

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais (venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência), empréstimos de instituições financeiras e aportes de capital.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos nossa geração de caixa, principalmente,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações (pagamento de dívida), investir em melhorias na nossa operação e abrir novas lojas.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2020 estão detalhados abaixo no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidade de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a nossa Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a nossa Companhia pretende captar recursos junto a instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da nossa Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2020 o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$131,4 milhões (R\$218,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$191,5 milhões em 31 de dezembro de 2018), em Real e indexados ao CDI.

Nosso Caixa Líquido / Dívida Líquida é calculado(a) pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou Caixa Líquido de R\$100,45 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto apresentou Dívida Líquida no montante de R\$165,0 milhões e R\$130,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2020, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia e subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31 de Dezembro de 2020 - Base CDI 2%											
- s/ Instrumento Financeiro											
Empresa	Credor	Moeda	Taxa de Juros	Garantia	Vencimento	Taxa efetiva	Custo da transação	Custo à apropriar	Principal	Juros	Total
CSB	BANCO CCB	Dolar	CDI + 3,10% a.a.	Aval Profarma	28/01/2022	5,10% a.a.	2.231.234	2.231.234	6.000.000	2.231.234	8.231.234
CSB	Safra	Dolar	CDI + 2,37% a.a.	60% duplicatas Profarma	24/10/2022	4,37% a.a.	2.268.147	2.268.147	7.666.667	2.268.147	9.934.814
CSB	Safra	Dolar	142,45% CDI	60% duplicatas Profarma	30/08/2022	2,85% a.a.	1.117.410	1.117.410	4.000.000	1.117.410	5.117.410
CSB	Santander	Real	CDI + 2,58% a.a.	50% duplicatas Profarma	19/04/2021	4,58% a.a.	755.525	755.525	1.250.000	755.525	2.005.525
Tamoio	Itau	Dolar	CDI + 2,92% a.a.	50% duplicatas Profarma	11/06/2021	4,92% a.a.	1.336.229	1.336.229	4.000.001	1.336.229	5.336.229
Tamoio	Santander	Real	CDI + 2% a.a.	50% duplicatas Profarma	29/11/2021	4,0% a.a.	5.525	5.525	2.000.000	5.525	2.005.525
Rosário	Guanabara	Real	CDI+3% a.a.	Aval Profarma	16/01/2023	5,00% a.a.	20.354	20.354	8.870.184	20.354	8.890.537
Rosário	Banco BBM	Dolar	CDI + 2,51% a.a.	Aval Profarma	01/03/2021	4,51% a.a.	267.043	267.043	666.667	267.043	933.710
Rosário	BANCO CCB	Dolar	CDI + 3,10% a.a.	Aval Profarma	14/01/2022	5,10% a.a.	2.316.127	2.316.127	6.000.000	2.316.127	8.316.127
Rosário	BANCO CCB	Dolar	CDI + 3,10% a.a.	Aval Profarma	12/12/2022	5,10% a.a.	4.615	4.615	1.777.778	4.615	1.782.393
Rosário	Bradesco	Dolar	CDI + 2,10% a.a.	50% duplicatas Profarma	18/10/2022	4,10% a.a.	4.825.860	4.825.860	17.777.778	4.825.860	22.603.637
Rosário	Bradesco	Dolar	134% CDI	50% duplicatas Profarma	21/05/2021	2,68% a.a.	1.514.363	1.514.363	3.704.400	1.514.363	5.218.763
Rosário	Bradesco	Dolar	CDI + 1,50% a.a.	50% duplicatas Profarma	07/08/2023	3,50% a.a.	41.184	41.184	7.857.143	41.184	7.898.327
Rosário	Itau	Dolar	CDI + 2,70% a.a.	50% duplicatas Profarma	24/05/2021	4,70% a.a.	731.026	731.026	1.600.023	731.026	2.331.049
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 3,10% a.a.	60% duplicatas Profarma	07/07/2021	5,10% a.a.	1.281.838	1.281.838	2.166.667	1.281.838	3.448.505
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 3,30% a.a.	60% duplicatas Profarma	09/09/2021	6,60% a.a.	592.576	592.576	1.133.333	592.576	1.725.909
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,75% a.a.	60% duplicatas Profarma	11/01/2021	4,75% a.a.	633.170	633.170	1.212.500	633.170	1.845.670
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,85% a.a.	60% duplicatas Profarma	17/02/2021	4,85% a.a.	834.480	834.480	1.500.000	834.480	2.334.480
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,84% a.a.	60% duplicatas Profarma	15/03/2021	4,84% a.a.	350.615	350.615	750.000	350.615	1.100.615
Rosário	Safra	Dolar	142,45% CDI	60% duplicatas Profarma	30/08/2022	2,85% a.a.	3.014.798	3.014.798	8.000.000	3.014.798	11.014.798
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,38% a.a.	60% duplicatas Profarma	03/11/2022	4,38% a.a.	1.304.399	1.304.399	3.800.000	1.304.399	5.104.399
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,62% a.a.	60% duplicatas Profarma	29/12/2022	4,62% a.a.	2.636.321	2.636.321	8.333.333	2.636.321	10.969.654
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,43% a.a.	40% duplicatas Profarma	14/05/2021	4,43% a.a.	8.862	8.862	1.625.000	8.862	1.633.862
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,58% a.a.	40% duplicatas Profarma	19/04/2021	4,58% a.a.	14.344	14.344	1.625.000	14.344	1.639.344
Total										131.422.517	

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização do principal de nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020:

Vencimento (em R\$milhões)				
2021	2022	2023	Após 2023	Total
64,79	36,02	2,49	-	103,30

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações de todos os nossos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes estão descritas na tabela acima deste item, 10.1 (f) deste Formulário de Referência, acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não existem relações de financiamento de longo prazo entre a nossa Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, além daquelas citadas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Na data deste Formulário de Referência, todas as dívidas financeiras da Companhia eram quirografárias. Para informações sobre a alienação fiduciária das ações da Rosário e da COF (garantia de uma dívida não financeira), vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não estamos sujeitos a *covenants* em contratos de financiamento da d1000, como restrição à troca de controle acionário, *cross-default* e/ou *cross-acceleration* atrelados a condições usuais para esse tipo de financiamento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2020, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Demonstrações de Resultado

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	2020		2019		2019 x 2020
	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Receita operacional líquida	1.004.374,54	100,00%	1.132.210,67	100,00%	-11,29%
Custos dos produtos vendidos	-679.468,11	-67,65%	-790.271,17	-69,80%	-14,02%
Lucro Bruto	324.906,42	32,35%	341.939,50	30,20%	-4,98%
Despesas Operacionais	-318.259,22	-31,69%	-362.859,62	-32,05%	-12,29%
Despesas Gerais e administrativas	-36.526,66	-3,64%	-30.051,08	-2,65%	21,55%
Despesas Comerciais e marketing	-227.068,50	-22,61%	-223.542,36	-19,74%	1,58%
Despesas Logística e distribuição	-2.723,31	-0,27%	-2.991,36	-0,26%	-8,96%
Despesas de Depreciação e Amortização	-76.956,54	-7,66%	-105.407,82	-9,31%	-26,99%
Provisão p/ Perda Crédito Esperado	0,00	0,00%	-711,00	-0,06%	-100,00%
Outras receitas/despesas operacionais	25.015,78	2,49%	-156,00	-0,01%	-16135,76%
Resultado antes do Resultado Financeiro	6.647,20	0,66%	-20.920,12	-1,85%	214,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro	-24.429,30	-2,43%	25.095,00	2,22%	-197,35%
Receitas financeiras	8.414,65	0,84%	65369	5,77%	-87,13%
Despesas financeiras	-32.843,95	-3,27%	-40.274,00	-3,56%	-18,45%
Resultado antes dos Impostos	-17.782,10	-1,77%	4.174,88	0,37%	-525,93%
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.904,40	1,78%	-11.661,70	-1,03%	-253,53%
Resultado do Exercício	122,30	0,01%	-7.486,82	-0,66%	-101,63%

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$1.004,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$127,8 milhões ou 11,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$1.132,2 milhões. Esta redução decorreu principalmente do menor volume de produtos vendidos que, por sua vez, se deveu ao fechamento temporário de lojas de shopping por conta da pandemia, cuja perda de receita foi concentrada no segundo trimestre de 2020, devido às medidas restritivas de circulação implementadas à época. Ainda, em 2020, fechamos 16 lojas deficitárias, o que foi parcialmente compensado pela abertura de 17 novas lojas.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos totalizou R\$679,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$ 110,8 milhões ou 14,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando totalizaram R\$790,3 milhões. Esta redução decorreu principalmente do menor volume de produtos vendidos, conforme apontado acima.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$324,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$17,0 milhões ou 5,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando totalizou R\$341,9 milhões.

Despesa Operacional

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$318,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$48,1 milhões ou 13,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando totalizou R\$362,9 milhões. Esta redução decorreu principalmente de: (i) redução de R\$28,5 milhões nas despesas de depreciação e amortização. Em 2019 o teste de *impairment* aplicado sobre o ágio da Rosario resultou em baixa parcial do seu saldo, enquanto em 2020 o teste de *impairment* não gerou qualquer tipo de ajuste sobre o saldo do ágio; e (ii) redução de outras receitas/despesas operacionais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 representaram receita líquida de R\$25,0 milhões comparado a uma despesa líquida de R\$0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando, portanto, uma variação de R\$25,2 milhões,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em função principalmente do reconhecimento de créditos de PIS e Cofins relacionados à exclusão do ICMS de suas bases de cálculo.

Resultado antes do Resultado Financeiro

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes do Resultado Financeiro da Companhia totalizou um resultado de R\$6,6 milhões ou 214,7% % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$27,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando totalizou R\$20,9 milhões negativos.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro totalizou -R\$24,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$59,4 milhões ou -197,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou um resultado financeiro positivo de R\$25,0 milhões. Esta queda decorreu em função do desreconhecimento de passivo financeiro no montante de R\$64,0 milhões, que teve lugar em 2019 devido a renegociação da dívida de aquisição da Rosário.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia totalizou um prejuízo de R\$17,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$22,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando totalizou um resultado positivo de R\$4,2 milhões.

Imposto de Renda (IR) e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social tiveram impacto positivo no resultado de R\$17,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$29,6 milhões ou 253,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou uma despesa de R\$11,6 milhões. A variação decorreu principalmente do aumento de imposto de renda e contribuição social diferidos em 2020, que após o recebimento dos recursos referentes a abertura de capital, proporcionaram um incremento na expectativa de lucro no futuro da nossa Companhia.

Resultado do exercício

Nosso lucro totalizou R\$0,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação positiva de R\$7,6 milhões ou 101,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou um prejuízo líquido de R\$7,5 milhões. Esta redução decorreu das explicações dos itens acima

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019		2018		2019 x 2018
	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Receita operacional líquida	1.132.210,67	100,00%	1.161.068,00	100,00%	(2,49)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos do produtos vendidos	(790.271,17)	(69,80)%	(813.645,00)	(70,08)%	(2,87)%
Lucro Bruto	341.939,50	30,20%	347.423,00	29,92%	(1,58)%
Despesas Operacionais	(362.859,61)	(32,05)%	(337.876,00)	(29,10)%	(7,39)%
Despesas Gerais e administrativas	(30.051,08)	(2,65)%	(33.850,00)	(2,92)%	(11,22)%
Despesas Comerciais e marketing	(223.542,36)	(19,74)%	(284.983,00)	(24,54)%	(21,56)%
Despesas Logística e distribuição	(2.991,36)	(0,26)%	(3.369,00)	(0,29)%	(11,21)%
Despesas de Depreciação e Amortização	(105.407,82)	(9,31)%	(22.037,00)	(1,90)%	378,32%
Provisão p/ Perda Crédito Esperado	(711,00)	(0,06)%	1.325,00	0,11%	(153,66)%
Outras receitas/despesas operacionais	(156,00)	(0,01)%	5.038,00	0,43%	(103,10)%
Resultado antes do Resultado Financeiro	(20.920,11)	(1,85)%	9.547,00	0,82%	(319,13)%
Resultado Financeiro	25.095,00	2,22%	(19.870,00)	(1,71)%	(226,30)%
Receitas financeiras	65.369,00	5,77%	1.843,00	0,16%	(3446,88)%
Despesas financeiras	(40.274,00)	(3,56)%	(21.713,00)	(1,87)%	85,48%
Resultado antes dos Impostos	4.174,89	(0,37)%	(10.323,00)	(0,89)%	(140,44)%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.661,70)	(1,03)%	13.004,00	1,12%	(189,68)%
Resultado do Exercício	(7.486,82)	(0,66)%	2.681,00	0,23%	(379,25)%

¹Em relação à receita líquida do exercício.

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 1.132,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$28,9 milhões ou 2,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$1.161,1 milhões. Esta redução decorreu principalmente do menor volume de produtos vendidos que, por sua vez, é oriundo principalmente do fechamento de 14 lojas que ocorreram majoritariamente no primeiro semestre do exercício social, o que foi parcialmente compensado pelas aberturas de 6 lojas principalmente no segundo semestre de 2019. As lojas fechadas foram responsáveis por receitas líquidas de R\$41,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O fechamento de lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 decorreu principalmente da finalização do plano de reestruturação da Rosário, que desde o início levou em consideração as lojas com margens de contribuição negativas ou muito baixas. O número de lojas abertas em 2019 decorreu do início do plano de expansão orgânica projetado pela nossa Companhia para os próximos anos, e se concentraram no segundo semestre.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos totalizou R\$790,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$23,4 milhões ou 2,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$813,6 milhões. Esta redução decorreu principalmente do menor volume de produtos vendidos, conforme discutido acima.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$341,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$5,5 milhões ou 1,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou R\$347,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesa Operacional

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$362,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$25,0 milhões ou 7,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou R\$337,9 milhões. Este aumento decorreu principalmente de: (i) um aumento de R\$83,4 milhões das despesas de depreciação e amortização em função da adoção inicial do CPC 06R2 de Arrendamentos; e (ii) um aumento de despesas incluídas em outras receitas/despesas operacionais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 representou uma despesa líquida de R\$0,2 milhão comparado a uma receita líquida de R\$5,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$5,2 milhões, em função principalmente de reversão de provisão de riscos fiscais em empresa não operacional do Grupo em 2018 e que não se repetiu em 2019, o que foi parcialmente compensado por (i) uma diminuição de R\$61,4 milhões das despesas comerciais e marketing em função da adoção inicial do CPC 06R2 de Arrendamentos;

Resultado antes do Resultado Financeiro

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes do Resultado Financeiro da Companhia totalizou um prejuízo de R\$20,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$30,5 milhões ou 319,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou R\$9,5 milhões.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro totalizou R\$25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$45,0 milhões ou 226,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou um resultado financeiro negativo de R\$19,9 milhões. Este aumento decorreu em função (i) do desreconhecimento de passivo financeiro no montante de R\$64,0 milhões, o qual é explicado pela renegociação da dívida da aquisição da Rosário, e (ii) parcialmente compensados pelo aumento da despesas financeira em função do efeito da adoção inicial do IFRS16 no valor de R\$13,6 milhões. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia totalizou um lucro de R\$4,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diferença de R\$14,5 milhões ou 140,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou um prejuízo de R\$10,3 milhões.

Imposto de Renda (IR) e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$11,7 milhões a pagar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$24,7 milhões ou 189,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$13,0 milhões. A variação decorreu principalmente do aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos em 2019 referentes a adição na apuração do resultado fiscal da despesa de baixa de ágio por *impairment* de 2019, representando um aumento de R\$23,2 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$11,6 milhões.

Resultado do exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nosso prejuízo totalizou R\$7,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação negativa de R\$10,2 milhões ou 379,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou um lucro líquido de R\$2,7 milhões. Esta redução decorreu das explicações dos itens acima.

Balancos patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020		2019		2020 x 2019
	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Caixa e equivalentes de caixa	206.491	14,19%	49.166	4,49%	319,99%
Instrumentos financeiros	17.243	1,19%	2.293	0,21%	651,98%
Contas a Receber	71.396	4,91%	13.086	1,19%	445,59%
Estoques	131.905	9,07%	129.448	11,81%	1,90%
Impostos a recuperar	37.407	2,57%	35.319	3,22%	5,91%
Outras contas a receber	18.580	1,28%	19.449	1,78%	-4,47%
Total do Ativo Circulante	483.022	33,20%	248.761	22,70%	94,17%
Depósitos Judiciais	5.904	0,41%	7.582	0,69%	-22,13%
Instrumentos financeiros	8.153	0,56%	2.282	0,21%	257,27%
IR e CSLL diferidos	62.354	4,29%	28.527	2,60%	118,58%
Impostos a recuperar	22.904	1,57%	3.232	0,29%	608,66%
Outros contas a receber	524	0,04%	525	0,05%	-0,19%
Imobilizado	257.112	17,67%	181.403	16,56%	41,74%
Intangível	615.004	42,27%	623.331	56,89%	-1,34%
Total do Ativo Não Circulante	971.955	66,80%	846.882	77,30%	14,77%
Total do Ativo	1.454.977	100,00%	1.095.643	100,00%	32,80%

¹ Em relação ao total do ativo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020		2019		2020 x 2019
	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Fornecedores	133.177	9,15%	113.534	10,36%	17,30%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos	84.498	5,81%	131.416	11,99%	-35,70%
Salários e contribuições sociais	23.080	1,59%	21.764	1,99%	6,05%
Impostos e taxas	9.500	0,65%	15.019	1,37%	-36,75%
Arrendamento a Pagar	53.694	3,69%	44.500	4,06%	0,206606742
Outros	9.664	0,66%	5.011	0,46%	92,86%
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	4.061	0,28%	3.031	0,28%	33,98%
Total do Passivo Circulante	317.674	21,83%	334.275	30,51%	-4,97%
Empréstimos e financiamentos	46.925	3,23%	87.283	7,97%	-46,24%
Impostos e taxas	8.744	0,60%	9.756	0,89%	-10,37%
Impostos diferidos	27.384	1,88%	13.101	1,20%	109,02%
Provisão para Contingências	41.876	2,88%	55.437	5,06%	-24,46%
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	8.000	0,55%	12.000	1,10%	-0,333333333
Arrendamento a pagar	168.215	11,56%	117.742	10,75%	0,42867456
Total do Passivo Não Circulante	301.144	20,70%	295.319	26,95%	1,97%
Capital social	1.004.004	69,00%	634.017	57,87%	58,36%
Prejuízos acumulados	-167.845	-11,54%	-167.968	-15,33%	-0,07%
Total do Patrimônio Líquido	836.159	57,47%	466.049	42,54%	79,41%
Total do Patrimônio Líquido e Passivos	1.454.977	100,00%	1.095.643	100,00%	32,80%

¹ Em relação ao total do patrimônio líquido e passivos.

Ativo Circulante

Nosso Ativo Circulante totalizou R\$483,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$234,3 milhões ou 94,2%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$248,8 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 206,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$157,3 milhões ou 319,9%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$49,2 milhões. Este aumento decorreu principalmente da entrada dos recursos da nossa oferta pública primária de ações realizada em agosto de 2020.

Contas a Receber

Nosso contas a receber totalizou R\$71,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$58,3 milhões ou 445,6% quando comparado ao total de 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$13,1 milhões. Esse incremento se deve a não realização de antecipação de cartão de crédito em dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques

Nossos estoques totalizaram R\$131,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$2,5 milhões ou 1,9%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$129,4 milhões.

Outras Contas a Receber

Nossas demais contas agrupadas na linha de contas “Outras Contas a Receber” totalizaram R\$18,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$0,8 milhão ou -4,5%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$19,5 milhões.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante totalizou R\$971,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$125,0 milhões ou 14,8%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$846,9 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

IR e CSLL diferidos

Nosso imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$62,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$33,8 milhões ou 118,6%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$28,5 milhões. Esse incremento se deve a maior utilização dos saldos de Prejuízo Fiscal que poderão ser compensados nos próximos 10 anos.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$257,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$75,7 milhões ou 41,7%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$181,4 milhões. Este aumento se deve principalmente a abertura de 17 novas lojas, cujo direito de uso é mensurado com base no fluxo de pagamento de aluguel de 5 anos.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$615,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$8,3 milhões ou 1,3%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$623,3 milhões.

Passivo circulante

Nosso passivo circulante totalizou R\$317,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$16,6 milhões ou 4,9%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$334,3 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Fornecedores

Nossa conta de fornecedores totalizou R\$133,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$19,6 milhões ou 17,3% quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$113,5 milhões.

Empréstimos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossos empréstimos totalizaram R\$84,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$46,9 milhões ou 35,7%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$131,4 milhões. Essa redução se deu em função do cumprimento de uma agenda de redução de dívida da companhia, a qual foi colocada em prática a partir de agosto de 2020.

Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de arrendamento a pagar totalizou R\$53,7 milhões, um aumento de R\$9,2 milhão ou 20,7% quando comparado ao total de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$44,5 milhões. Esta conta foi criada em 2019, após a entrada em vigor da norma contábil CPC06 (R2)/IFRS16 e a variação decorreu principalmente da mensuração do fluxo de caixa futuro relativo ao arrendamento de nossas lojas.

Contas a pagar - aquisição de subsidiária

Nossa conta de aquisição de subsidiária totalizou R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$1,0 milhão ou 33,4% quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$3,0 milhões.

Passivo não circulante

Nosso passivo não circulante totalizou R\$301,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$5,8 milhões ou 1,9%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$295,3 milhões.

Apesar da pequena variação total entre os exercícios, vale destacar que o passivo de arrendamento mercantil totalizou R\$168,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$50,5 milhões ou 42,9%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$117,7 milhões. Esse incremento se deveu a renovação de contratos de arrendamento e a adição de novas lojas. Por outro lado, houve uma redução no saldo de empréstimos e financiamentos que totalizou R\$46,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma queda de R\$40,4 milhões ou 46,3%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$87,3 milhões.

Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social totalizou R\$1.004,0 bilhão em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$369,9 milhões ou 79,4%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$634,0 milhões, principalmente em decorrência do ingresso de recursos oriundos da nossa oferta pública de ações realizada em agosto de 2020.

(Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$167,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto o total em 31 de dezembro de 2019 correspondia a R\$168,0 milhões. Essa pequena variação se deve a absorção de R\$0,1 milhão de Lucro do Exercício.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019		2018		2019 x 2018
	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Caixa e equivalentes de caixa	49.166	4,49%	57.619	5,68%	(14,67)%
Instrumentos financeiros	2.293	0,21%	1.998	0,20%	14,76%
Contas a Receber	13.086	1,19%	18.614	1,83%	(29,70)%
Estoques	129.448	11,81%	132.200	13,03%	(2,08)%
Impostos a recuperar	35.319	3,22%	34.621	3,41%	2,02%
Outras contas a receber	19.449	1,78%	16.231	1,60%	19,83%
Total do Ativo Circulante	248.761	22,70%	261.283	25,74%	(4,79)%
Depósitos Judiciais	7.582	0,69%	6.475	0,64%	17,10%
Instrumentos financeiros	2.282	0,21%	970	0,10%	135,26%
IR e CSLL diferidos	28.527	2,60%	28.259	2,78%	0,95%
Impostos a recuperar	3.232	0,29%	707	0,07%	357,14%
Outros contas a receber	525	0,05%	524	0,05%	0,19%
Imobilizado	181.403	16,56%	51.339	5,06%	253,34%
Intangível	623.331	56,89%	665.333	65,56%	(6,31)%
Total do Ativo Não Circulante	846.882	77,30%	753.607	74,26%	12,38%
Total do Ativo	1.095.643	100,00%	1.014.890	100,00%	7,96%

¹ Em relação ao total do ativo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019		2018		2019 x 2018
	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Fornecedores	113.534	10,36%	113.704	11,20%	(0,15)%
Empréstimos e financiamentos	131.416	11,99%	104.094	10,26%	26,25%
Salários e contribuições sociais	21.764	1,99%	21.007	2,07%	3,60%
Impostos e taxas	15.019	1,37%	13.087	1,29%	14,76%
Arrendamento a Pagar	44.500	4,06%	-	n.a.	n.a.
Outros	5.011	0,46%	3.972	0,39%	26,16%
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	3.031	0,28%	84.024	8,28%	(96,39)%
Total do Passivo Circulante	334.275	30,51%	339.888	33,49%	(1,65)%
Empréstimos e financiamentos	87.283	7,97%	87.430	8,61%	(0,17)%
Impostos e taxas	9.756	0,89%	16.174	1,59%	(39,68)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos diferidos	13.101	1,20%	12.685	1,25%	3,28%
Provisão para Contingências	55.437	5,06%	67.143	6,62%	(17,43)%
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	12.000	1,10%	-	n.a.	n.a.
Arrendamento a pagar	117.742	10,75%	-	n.a.	n.a.
Total do Passivo Não Circulante	295.319	26,95%	183.432	18,07%	61,00%
Capital social	634.017	57,87%	629.017	61,98%	0,79%
Prejuízos acumulados	(167.968)	(15,33)%	(137.447)	(13,54)%	22,21%
Total do Patrimônio Líquido	466.049	42,54%	491.570	48,44%	(5,19)%
Total do Patrimônio Líquido e Passivos	1.095.643	100,0%	1.014.890	100,0%	7,96%

¹ Em relação ao total do patrimônio líquido e passivos.

Ativo Circulante

Nosso Ativo Circulante totalizou R\$248,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$12,5 milhões ou 4,8%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$261,3 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$49,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$8,4 milhões ou 14,7%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$57,6 milhões. Esta redução decorreu dos aumentos de capital realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Estoques

Nossos estoques totalizaram R\$129,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$2,7 milhões ou 2,1%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$132,2 milhões. Esta redução decorreu da otimização dos estoques das filiais ao longo do ano.

Impostos a recuperar

Nossos impostos a recuperar totalizaram R\$35,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 2,0%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$34,6 milhões. Este aumento decorreu do adicional de crédito de PIS/COFINS sobre ICMS na base de vendas.

Outras Contas a Receber

Nossas demais contas agrupadas na linha de contas “Outras Contas a Receber” totalizaram R\$19,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$3,2 milhões ou 19,8%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$16,2 milhões. Este aumento decorreu principalmente do incremento na conta de Acordos Comerciais (com Indústria) no valor de R\$3,5 milhões, devido a maior relevância de nossa Companhia na indústria farmacêutica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante totalizou R\$846,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$93,3 milhões ou 12,4%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$753,6 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

IR e CSLL diferidos

Nosso imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$28,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$0,3 milhão ou 1,0%, em linha, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$28,3 milhões.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$181,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$130,0 milhões ou 253,3%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$51,3 milhões. Este aumento decorreu do impacto da adoção do IFRS16 que adicionou R\$137,3 milhões referentes ao direito de uso que possuímos em razão dos contratos de locação das nossas lojas. A partir da adoção do IFRS16, passamos a ser obrigados a contabilizar no nosso ativo, o valor total do aluguel das lojas previsto nos respectivos contratos subtraído dos valores já reconhecidos no resultado como despesas operacionais. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência. e da abertura de 6 lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$623,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$42,0 milhões ou 6,3%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$665,3 milhões. Esta redução decorreu principalmente pela baixa por impairment no ano de 2019.

Passivo circulante

Nosso passivo circulante totalizou R\$334,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$5,6 milhões ou 1,6%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$339,9 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Fornecedores

Nossa conta de fornecedores totalizou R\$113,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, se mantendo em linha quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$113,7 milhões.

Empréstimos

Nossos empréstimos totalizaram R\$131,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$27,3 milhões ou 26,2%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$104,1 milhões. Este aumento decorreu do aumento da necessidade de capital de giro e para fins de investimentos.

Arrendamento a pagar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de arrendamento a pagar totalizou R\$44,5 milhões. Esta conta foi criada em 2019, após a entrada em vigor da norma contábil CPC06 (R2)/IFRS16.

Contas a pagar - aquisição de subsidiária

Nossa conta de aquisição de subsidiária totalizou R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$81,0 milhões ou 96,4%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$84,0 milhões. Esta variação decorreu principalmente da redução do valor a pagar referente à aquisição da rede de Drogarias Rosário no valor de R\$63,9 milhões.

Passivo não circulante

Nosso passivo não circulante totalizou R\$295,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$111,9 milhões ou 61,0%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$183,4 milhões. Esta decorreu principalmente da parcela de longo prazo referente ao arrendamento a pagar, no valor de R\$117,8 milhões, devido à adoção inicial do IFRS16. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social totalizou R\$634,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, praticamente em linha com o capital social em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$629,0 milhões.

(Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$168,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$30,5 milhões ou 22,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$137,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do impacto da adoção inicial do IFRS16, no montante de R\$23,0 milhões. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variações horizontais
	2020	2019	2020x2019
	(em R\$mil)		(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.166	57.619	-14,67%
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	5.804	61.743	-90,60%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-35.644	-24.940	42,92%
Caixa líquido atividades de financiamento	187.165	-45.257	-513,56%
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	157.325	-8.453	-1961,17%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	206.491	49.166	319,99%
---	---------	--------	---------

As disponibilidades de caixa da Companhia no ano de 2020 tiveram um aumento de R\$157,3 milhões, decorrentes de R\$187,2 milhões gerados nas atividades de financiamentos, R\$5,8 milhões gerados nas atividades operacionais e compensados com R\$35,7 milhões aplicados nas atividades de investimento.

Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo positivo de R\$5,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$55,9 milhões ou 90,6%, se comparado ao fluxo positivo de R\$61,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação negativa decorreu, principalmente, pelo incremento do saldo de Contas a Receber no valor de R\$ 57,8 milhões, devido a não realização de antecipação de recebíveis de cartão de crédito após a abertura de capital em 10 de agosto de 2020.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$35,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um consumo de caixa de R\$24,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O incremento das atividades de investimento está relacionado com o plano de estratégico de crescimento orgânico, e que representou a abertura de 17 novas lojas e a ampliação de outras 9 lojas durante o exercício 2020.

Caixa líquido atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou uma geração de caixa de R\$187,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um consumo de caixa de R\$45,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação positiva de R\$232,4 milhões decorreu, principalmente (i) da entrada de recursos referente a abertura de capital em 2020 no valor de R\$369,9 milhões, o que foi compensado por (ii) do maior volume de pagamento de empréstimos durante o exercício de 2020 no montante de R\$127,7 milhões.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variações horizontais
	2019	2018	2019x2018
	(em R\$mil)		(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.619	46.705	23,4%
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	61.743	(35.857)	(272,2)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(24.940)	(69.340)	(64,0)%
Caixa líquido atividades de financiamento	(45.257)	116.111	(139,0)%
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(8.453)	10.914	(177,4)%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	49.166	57.619	(14,7)%

As disponibilidades de caixa da Companhia no ano de 2019 apresentaram uma redução de R\$8,4 milhões, decorrentes de R\$24,9 milhões aplicados nas atividades de investimento, compensados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

por R\$45,3 milhões gerados nas atividades de financiamento e R\$61,7 milhões gerados nas atividades operacionais.

Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo positivo de R\$61,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo negativo de R\$35,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$97,6 milhões, ou 272,2%, decorreu, principalmente, da melhora da geração interna de caixa em R\$89,8 milhões, sendo positiva de R\$65,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e negativa em R\$24,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$24,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$69,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$44,4 milhões deveu-se, principalmente, ao maior consumo de caixa com investimento de R\$54,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 relativo ao pagamento da última parcela do preço de aquisição da Rede Tamoio, comparado a um consumo de caixa de R\$5,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, referente a uma parcela devida pela aquisição da Rede Rosário.

Caixa líquido atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou um consumo de caixa de R\$45,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de caixa de R\$116,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação negativa de R\$161,3 milhões ocorreu, principalmente, por (i) uma diferença negativa de R\$229,1 milhões referente ao menor volume de recursos aportados via aumento de capital no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$5,0 milhões, comparado com aportes de R\$234,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e (ii) um menor volume de empréstimos amortizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$111,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. *Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nossa receita foi composta substancialmente pela venda de medicamentos (marca e genéricos), *over the counter* (OTC), não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos e dermocosméticos). Desenvolvemos nossas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisão.

ii. *Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A atuação da nossa Companhia é voltada à comercialização, no varejo, com abrangência regional, de medicamentos - que engloba medicamentos *branded* (medicamentos sujeitos à prescrição médica), medicamentos genéricos e medicamentos *OTC* (*over-the-counter*), produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores:* Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2020, 2019 e 2018 apresentou variação de -4,1%, 1,1% e 1,1%, respectivamente. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.
- (ii) *Inflação:* Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,52%, 4,31% e 3,75% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo Federal anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), mas excepcionalmente em 2020 o mesmo se deu em agosto. O reajuste médio de preços ao consumidor foi de 5,21%, 4,33% e 2,43%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 respectivamente.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro a Companhia, quando relevante

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Visto que todos os nossos passivos e despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar.

Estamos sujeitos às leis federais que impõem controle de preços a maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço pode afetar a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia nos afetar adversamente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhuma participação societária foi constituída, adquirida ou alienada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16

Em 1º de janeiro de 2016 o *International Accounting Standard Board* (IASB) emitiu o IFRS 16 – *Leases*. Já em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, em substituição a IAS 17 / CPC 06 – *Operações de Arrendamento Mercantil*.

A nova IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 *Operações de Arrendamento Mercantil* e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 *Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil*.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Abaixo estão descritos os principais efeitos decorrentes da alteração introduzida pelo IFRS 16:

(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária:

A Companhia reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais basicamente de lojas e centro de distribuição. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudou porque a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

(ii) Transição

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que há um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas.

A Companhia teve com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 os seguintes impactos iniciais:

- Reconhecimento de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento; e
- Aumento do EBITDA (Resultado operacional).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia reconheceu os seguintes valores na data de transição em 1º de janeiro de 2019:

Ativo	137.789
Direito de uso de ativos	137.789
Passivo Circulante	
Compromissos de Arrendamentos Operacionais	(74.573)
Total Passivo Circulante	(74.573)
Passivo Não Circulante	
Compromissos de Arrendamentos Operacionais	(97.321)
Total Passivo Não Circulante	(97.321)
Passivo	(171.894)
IR Diferido	11.071
Impacto Patrimônio Líquido	(23.034)

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**Bases para opiniões com ressalva**

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no nosso histórico, e em outros fatores considerados relevantes. Tais premissas são revisadas periodicamente pela nossa administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a nossa situação financeira e os nossos resultados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A nossa Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. As provisões para essas contingências são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda dos processos cíveis, consumidor, trabalhista e tributários em que a nossa Companhia é parte, inicialmente, considera os seguintes pontos: (i) evidências disponíveis; (ii) hierarquia das leis; (iii) posição jurisprudencial; e (iv) o parecer de nossa assessoria jurídica, que são revisados por nossa equipe jurídica interna. Destacamos que estas provisões são ajustadas periodicamente, a fim de refletir mudanças circunstanciais, tais como a evolução em termos da natureza dos processos, entendimentos jurisprudenciais recentes, prazo de prescrição aplicável e documentação disponível.

Historicamente, as ações judiciais em que somos parte resultam em um valor diferente do previsto inicialmente. Caso nós provisionemos todos os processos com o valor original da ação, podemos apresentar um valor provisionado sub ou superestimado. Por essa razão, nossos Diretores entendem que essa é uma política contábil crítica e que devemos efetuar estimativas constantes para refletirmos da melhor maneira o valor provável.

Ágio na aquisição da rede Tamoio, CSB e Rosário

A administração da nossa Companhia definiu cada drogaria, separadamente, como uma unidade geradora de caixa (UGC) com o objetivo de alocar essas UGCs ao ágio para fins de redução ao valor recuperável, uma vez que todas as operações foram integradas posteriormente ao processo de aquisição (gestão, sistemas, processos, etc.) e se beneficiam das sinergias das combinações. Todas essas UGCs foram alocadas a todo o saldo do ágio no montante de R\$436.251,00 em 31 de dezembro de 2020.

O crescimento da receita foi projetado levando em consideração a pandemia do COVID-19, o potencial de crescimento de mercado do varejo farmacêutico e a capacidade do Grupo d1000 Varejo Farma de executar seu plano de expansão de forma a capturar parte deste potencial de mercado. De acordo com o teste de *impairment*, em 31 de dezembro de 2020, não foi identificada perda por redução ao valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

- i. *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

O nosso plano de negócios que se encontra descrito abaixo está baseado na captação de recursos por meio da nossa oferta pública primária de ações, a qual se deu em 10 de agosto de 2020. Parte de nossos investimentos futuros será dedicado majoritariamente à abertura de novas lojas, sendo 30 lojas em 2021, mas também à reforma e incremento da área de vendas de parte das lojas já existentes. Pretendemos executar o plano de expansão e inaugurar novas lojas em cidades que ainda não estamos presentes e aumentar nossa participação naquelas onde já possuímos lojas. Sendo assim, já existem 400 locais mapeados por nosso time, que preenchem os nossos requisitos para a abertura de lojas das nossas bandeiras.

Conforme informado nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência, os efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19 impactaram adversamente, em maior grau, nossas operações nos meses de abril, maio e junho de 2020. Entretanto, na data deste Formulário de Referência, a nossa administração não vislumbra quaisquer alterações em nosso plano de expansão em decorrência dos impactos do COVID-19. Percebemos, entretanto, que a pandemia do coronavírus impactou o setor imobiliário gerando melhores oportunidades para locação a custo mais atrativo. Assim, além dos investimentos em novas lojas e reformas, pretendemos continuar investindo em projetos, tecnologias e infraestruturas para suportar a sua estrutura atual e a estratégia de crescimento.

- ii. *fontes de Financiamento dos investimentos*

Os Diretores da nossa Companhia afirmaram que as principais fontes de financiamento que utilizamos para nossos investimentos em andamento foram o caixa gerado por nossas operações e recursos de nossos acionistas. Os recursos da oferta pública de ações serão utilizados para, nos termos divulgados no âmbito da referida oferta, abertura de lojas, em linha com os nossos investimentos previstos no item "i" acima.

- iii. *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

- i. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*
- ii. *montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*
- iii. *projetos em desenvolvimento já divulgados*
- iv. *montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou*

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

serviços

Os Diretores da nossa Companhia esclarecem que a mesma não possui novos produtos

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Em 25 de setembro de 2016, a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Profarma"), nossa acionista controladora, e a Nice RJ Participações S.A., sociedade controlada por nós ("Nice"), celebraram com a Brasil Pharma S.A. ("BRPH") e com a Rede Nordeste Farmácias S.A. ("RNF") o Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("Contrato"), com o propósito de adquirir a totalidade das ações e quotas representativas da totalidade do capital social da Drogaria Rosário S.A. ("Rosário") e da Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("COF"), sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Satisfeitas as condições precedentes, assumimos o controle das operações da Rosário e da COF em 11 de novembro de 2016.

Pela aquisição de Rosário e COF, a Nice se comprometeu a pagar um determinado preço de aquisição ("Preço de Aquisição"), o qual foi determinado após a verificação das posições de caixa, endividamento e capital de giro da Rede Rosário em 30 de setembro de 2016, partindo de um *enterprise value* de R\$173.484.001,00, ajustado para baixo por eventuais indenizações devidas pela BRPH à Nice. Adicionalmente, a BRPH poderia fazer jus a um prêmio de R\$15.000.000,00 atrelado ao desempenho da Rosário, caso a receita bruta acumulada da Rosário atingisse R\$2.250.000.00,00 no período de 36 meses ("Earn-out").

Como garantia do fiel e integral pagamento do Preço de Aquisição, Nice alienou, fiduciariamente, em favor da BRPH ações e quotas representativas da totalidade do capital social das Sociedades ("Alienação Fiduciária"). Na Data de Fechamento, a Nice realizou o pagamento da primeira parcela do Preço de Aquisição, sendo que o restante ("Saldo Remanescente") estava previsto para ser quitado em 18 de novembro de 2019.

Em 16 de novembro de 2017, a Nice recebeu da BRPH uma notificação que dava ciência de que o Saldo Remanescente havia sido cedido, a título oneroso, para o Banco BTG Pactual S.A. ("Cessionário" e "Cessão do Saldo Remanescente", respectivamente). Em razão da Cessão do Saldo Remanescente, as Partes realizaram dois aditamentos à Alienação Fiduciária de forma que as obrigações garantidas passaram a ser as seguintes: (i) obrigações assumidas pela Nice que foram cedidas pela BRPH ao Cessionário, qual seja a obrigação de pagamento do Saldo Remanescente; e (ii) obrigações assumidas pela Nice perante a BRPH que não foram cedidas ao Cessionário, quais sejam: (a) o pagamento integral do *Earn-out*, (b) o pagamento integral de eventuais valores recebidos e/ou aproveitados pela Nice relacionados a determinadas contingências ativas, e (c) o pagamento integral de eventuais valores recebidos pela Nice a título de reembolso de garantias judiciais eventualmente desembolsados pela BRPH (em conjunto, as "Obrigações Garantidas BRPH").

Em 13 de dezembro de 2019, a Nice e a Profarma celebraram com o Cessionário instrumento de confissão de dívida ("Confissão de Dívida"), por meio do qual: (i) ficou estabelecido uma parcela no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser paga pela nossa subsidiária Nice, a qual foi integralmente quitada em 17 de dezembro de 2019; (ii) ficou estabelecido o alongamento do prazo para pagamento do Saldo Remanescente, o qual será quitado mediante o pagamento de 15 parcelas trimestrais, sujeitas a correção de 110% CDI no período, no valor de R\$1,0 milhão cada, iniciando em 01/04/2020 e encerrando em 01/10/2023; e (iii) o Cessionário assinou o Termo de Liberação de Garantia, por meio do qual concedeu à Nice a liberação total, irrevogável e irrestrita da Alienação Fiduciária.

Diante da celebração da Confissão de Dívida, a Alienação Fiduciária atualmente garante apenas o pagamento de eventual *Earn-out* ou valores decorrentes de Obrigações Garantidas em favor da BRPH. Apurados os termos do Contrato e realizados os cálculos necessários para verificar eventuais valores devidos à BRPH, a nossa Companhia entende que (i) não há valor de *Earn-out* a ser pago no contexto da aquisição de COF e Rosário; (ii) não há quaisquer valores a serem

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

reembolsados à BRPH a título de contingência ativa ou de garantias judiciais eventualmente desembolsados pela BRPH; e (iii) os valores recebidos pela Nice a título de reembolso de garantias judiciais eventualmente desembolsados pela BRPH totalizam de R\$95.247,17.

Na data deste Formulário de Referência, ainda não haviam sido concluídas todas as tratativas para obtenção, junto a BRPH, da liberação da Alienação Fiduciária de ações da Nice.

Análise dos impactos do COVID-19 em nossas atividades

Conforme descrito no item 4.1 – “O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), provocou e continuará provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente as nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista macroeconômico) depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.”, as nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós sofreram e continuam a sofrer um impacto relevante em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia do COVID-19. Além disso, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo coronavírus continuará a afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa. Acreditamos ainda que a extensão dos impactos da pandemia dependerá da aplicação da vacina no futuro, cujo ritmo é incerto e imprevisível.

Os efeitos econômicos da Covid 19 foram impactantes por alguns aspectos: alta concentração das nossas lojas em shoppings, 17% da nossa base, que concentraram R\$ 89 milhões da nossa perda de venda no ano de 2020; forte presença nos grandes centros comerciais que também sofreram com as restrições ao fluxo de consumidores redirecionando para os bairros uma parte importante do consumo, o que beneficiou farmácias independentes e associações. Por conta destes dois fatores, somados ao encerramento de lojas de baixa rentabilidade, em certos períodos do ano chegamos a operar com um número de unidades até 13% inferior ao que iniciamos 2020. Vale pontuar que Rio de Janeiro e Distrito Federal, nossas principais áreas de atuação, aparecem no ranking entre os 6 estados onde o plano de auxílio emergencial do governo teve a menor relevância, 1,9% e 0,7% respectivamente, como percentual do PIB estadual, enquanto a média do Brasil foi de 2,5% e regiões como Norte e Nordeste tiveram um impacto positivo de 4,8% e 6,5% respectivamente. O conjunto desses fatores afetou em maior grau as nossas operações nos meses de abril, maio e junho de 2020, ou seja, meses relacionados ao segundo trimestre de 2020

Dessa forma, com a continuidade do cenário de pandemia, não é possível assegurar a extensão dos impactos do COVID-19, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios. Não obstante, é importante destacar que o mercado de atuação da nossa Companhia – o varejo farmacêutico – já apresentou em cenários pretéritos de crise considerável resiliência, tendo em vista a essencialidade dos produtos comercializados.

Os impactos decorrentes do surto do COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As nossas análises realizadas no âmbito da elaboração das informações financeiras foram realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis. No mesmo sentido, as nossas análises futuras observarão o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020.

Do ponto de vista gerencial, conseguimos constatar que as medidas de distanciamento social tomadas a partir de março de 2020 em todo território nacional como forma de conter a disseminação do COVID-19 diminuíram de forma relevante a circulação de pessoas em vias comuns, *shoppings*, aeroportos, universidades, hospitais, prédios comerciais, entre outros locais públicos. Em março de 2020, a nossa administração fechou, por tempo indeterminado, 27 das nossas atuais 197 lojas, o que teve impacto direto e relevante em nossas operações e resultados financeiros. Durante o mês de maio, após autorização da abertura dos *shoppings centers* do Distrito Federal e reavaliação criteriosa e cautelosa, iniciamos a reabertura gradual de nossas lojas que foram fechadas em razão da pandemia do COVID-19. Não podemos prever em que medida os clientes voltarão a frequentar *shoppings*, áreas de grande circulação ou outros pontos de venda (incluindo nossas lojas) e nem o surgimento de novas ondas de medidas restritivas rigorosas, tendo em vista o impacto contínuo do vírus COVID-19.

Nessa realidade, fortalecemos as nossas alternativas de *call center/ delivery*. Nos quatro trimestres do ano nossas vendas “não presenciais” totalizaram 4,2%, 11,5%, 8,8% e 7,1% da receita.

Monitoramos diariamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia do COVID-19 em nossas atividades. No segundo trimestre de 2020, em comparação com o mesmo trimestre de 2019, tivemos uma queda de aproximadamente 24,3% em nossas vendas. No ano de 2020 o total de queda de vendas foi de R\$129,4 milhões quando comparado a 2019, sendo que desse total, R\$89,7 milhões ou 69,3% se refere a lojas localizadas em *shopping*.

Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global do COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, a recuperação do volume de vendas nas nossas operações deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes.

Adicionalmente, adotamos algumas medidas como forma de minimizar os impactos da pandemia do COVID-19 no nosso caixa, conforme destacamos na sequência. Os nossos Diretores reportaram que a nossa Companhia conseguiu manter suas necessidades de capital de giro dentro dos limites de crédito disponíveis até data deste Formulário de Referência, sem prejudicar a capacidade de pagamento frente aos compromissos de curto e longo prazo assumidos. Ainda, durante esse período, os Diretores não verificaram dificuldades na obtenção e/ou acesso a renovações de linhas de crédito junto a instituições financeiras.

Nossas medidas adotadas em decorrência do COVID-19

Para lidarmos de forma mais eficiente contra os impactos do COVID-19, instauramos um comitê temporário e não estatutário de crise, composto por subcomitês, que acompanham os desdobramentos da pandemia e avaliam as medidas necessárias para a nossa Companhia.

Como forma de minimizar os impactos da pandemia do COVID-19 em nossos negócios, adotamos as seguintes medidas:

- **Preservação de Caixa**

- Redução de custos e despesas operacionais para adequação diante da demanda

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

reduzida nos meses de abril, maio e junho 2020.

— Redução de custos e de despesas administrativas.

- **Negócios**

— Expansão do serviço de *call center/ delivery*, com aumento de venda em 285% pré e pós-Covid-19.

— Antecipação do lançamento do aplicativo e da plataforma *e-commerce* durante o ano de 2020.

- **Renegociações**

— Revisão e negociação em andamento do contrato de aluguel de lojas em função do fechamento obrigatório relacionado as medidas de distanciamento social impostas pelo governo, bem como do menor fluxo de consumidores.

- **Colaboradores**

— Antecipação de 25% do 13º salário para todos os nossos colaboradores de lojas e CDs.

— Adoção de algumas medidas aprovadas na MP 936 como suspensão temporária do contrato de alguns colaboradores e redução de jornada para outros.

- **Saúde**

— Criação de um canal exclusivo para acompanhamento dos casos suspeitos da doença, com uma equipe médica e assistentes sociais para apoio a colaboradores e familiares.

— Comunicados e treinamentos frequentes sobre prevenção, higiene e cuidados com a saúde.

— Distribuição de *kits* de prevenção (álcool gel, luvas e máscaras) para nossos colaboradores.

— Monitoramento de casos suspeitos e confirmados e de colaboradores que tiveram contato direto com casos positivos.

— Implementação de protocolos de biossegurança nos estabelecimentos.

— Adequação físicas das lojas para promover a segurança no atendimento aos clientes.

— Organização de campanhas de vacinação nos CDs e das lojas com idade acima de 39 anos.

— Afastamento do local de trabalho dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco.

— *Home office* para a área corporativa, equipes de venda e propaganda média.

— Reuniões entre colaboradores e lideranças realizadas através de plataformas digitais.

— Suspensão de viagens para todos os colaboradores.

— Controle de fluxo de pessoas em loja, com corredor de isolamento, para manter a distância recomendada.

- **Comunidade**

— Lançamento da campanha de solidariedade Profarma e UNICEF, através do Instituto Profarma de Responsabilidade Social, para ajudar as comunidades mais vulneráveis ao COVID-19.

— Doação de álcool em gel distribuídos para Instituto Fernandes Figueira (RJ),

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Hospital Universitário Antônio Pedro (RJ) e Abrace/Hospital da Criança (DF).
- Distribuição de kits de higiene, com o apoio de fornecedores, para as centenas de famílias assistidas pelo Instituto Profarma de Responsabilidade Social e a outras que se encontram em vulnerabilidade social no Rio de Janeiro e Distrito Federal.
 - Criação de protocolos para orientação de colaboradores e clientes, com base nas determinações da OMS, do Ministério da Saúde, da Anvisa e da Abrafarma.
 - Criação do “Projeto Webinar Profarma” com frequência semanal para levar conteúdo relevante sobre a pandemia do COVID-19.

No entendimento da nossa administração, as medidas tomadas até o momento – e que estão em constante reavaliação – buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Ainda, apesar de estarmos presenciando um momento de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como seu prazo de duração, no entendimento da nossa administração, tais medidas buscam suportar, a evolução da nossa Companhia nesse período.